

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 31

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e seis, no prédio da Casa de Cultura, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se os integrantes do Fórum 21 para reunião com a seguinte pauta: Aprovação das atas, Informes Gerais, Informes da Comissão do Plano Diretor da Câmara de Vereadores e Apresentação dos Complementos ao Plano Diretor. O Coordenador do fórum 21 iniciou a reunião fazendo um relato sobre o Encontro Regional Sul das Agendas 21 Locais, a ser realizado na Cidade de Curitiba, nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2.006, o convite ao Fórum 21 de São Lourenço do Sul para apresentar a sua experiência de construção participativa e a importância da participação de uma entidade da sociedade civil. O representante da associação comercial e Industrial levou o convite para uma discussão na sua entidade devendo retornar com uma resposta à Coordenação. A seguir o Coordenador da Comissão formada na Câmara para avaliar o Plano Diretor do Município. Vereador Kadinho Freitas fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e reiterou um convite para o Grupo Executivo fazer uma apresentação do trabalho na reunião ordinária da Câmara de Vereadores, no dia 17 de julho do corrente mês, à partir das 8:15 horas. Os integrantes do Fórum destacaram a importância da presença do vereador na reunião e lamentaram a ausência da Câmara no processo de construção do Plano, o que facilitaria o andamento dos trabalhos nesta fase. Cobraram com veemência a presença de representação da Câmara junto ao Fórum. O representante da ACI junto ao Fórum, Valnei Vilella falou sobre o convite feito ao Professor da Faculdade de Arquitetura da UFPEL, Mestre em Planejamento Urbano e Doutor em Ecologia Maurício Polidori, consultor informal do Plano Diretor e Coordenador dos trabalhos desenvolvidos na nossa cidade por alunos da disciplina de Planejamento Urbano, para uma apresentação do diagnóstico realizado no período em que São Lourenço foi objeto de estudo na disciplina que ministra na faculdade. Esta apresentação foi marcada para o dia dois de agosto, na sede da ACI. Ainda foram abordadas diversas questões sobre relações de poder, lideranças e outras questões pertinentes. Após, o Coordenador iniciou a necessidade de o Fórum se preparar para a construção dos pós-plano, ou seja, o detalhamento dos planos complementares ao Plano Diretor e que são imprescindíveis para a implementação deste e dos conceitos que carrega na sua construção. Alguns planos já possuem uma caminhada: o Plano Rural, o Plano de Turismo e o Plano ambiental, e 03 planos complementares são fundamentais para a aplicação prática do Plano Diretor: o Plano Tributário, a Lei de Parcelamento do solo e o Código de Posturas. Foi feita, também a leitura dos planos já enumerados no texto da Lei do Plano Diretor. Todos estes planos de detalhamento, uma vez que o diagnóstico ambiental, uso e ocupação do solo, produção entre outros já foi feito. O representante da Associação dos Escritores Lourencianos, Sr. Agenor falou sobre o andamento dos trabalhos do Conselho Municipal de Cultura e as preocupações com a preservação do patrimônio do Município. William falou sobre os contatos com a arquiteta Luzia Abreu, no sentido da realização do Inventário do Patrimônio Arquitetônico, primeiro passo para a construção de uma política de preservação. Para o grupo de estudos sobre o parcelamento do solo foi sugerido o estudo da proposta do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e que deve entrar em votação; para o grupo do Código de Posturas foi disponibilizado um modelo da cidade de Santa Maria. Estes modelos serão encaminhados por e-mail para os integrantes do Fórum. Após, Alfredo Decker fez relato

sobre o caminho já trilhado para a construção de um Plano de Desenvolvimento Rural, a necessidade de fazer o redirecionamento do existente, as Comissões já formadas, a construção do CAPEC – Conselho AgroPecuário – a necessidade de realização de Seminários por região, a construção de um plano operativo, de planejamento e avaliação, com mobilização, representatividade e legitimidade. Alfredo relatou, ainda a sua participação, como Presidente do Conselho do Meio Ambiente, da 2ª Etapa do Plano turístico para o Município, a partir do Diagnóstico elaborado com a coordenação da UCPel. Com relação ao Plano Ambiental, William concluiu que o PDDIS lançou as bases do Diagnóstico Ambiental, devendo ser construído a partir deste. Para concluir foi marcada a próxima reunião do Fórum 21, no dia dois de agosto, neste mesmo local e horário. Nada mais havendo a tratar eu, Lourdes Helena Schneid, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 32

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e seis, no prédio da Casa de Cultura, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se os integrantes do Fórum 21 para reunião com a seguinte pauta: Aprovação de atas, Informes e Complementos ao Plano Diretor. Após a abertura da reunião o Coordenador do Fórum 21 fez relato da apresentação da proposta para o Plano Diretor durante a sessão da Câmara de Vereadores, no dia 17 de julho, e da apresentação do Diagnóstico Urbano realizado pelos alunos da disciplina de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura da UFPel, hoje à noite, na Associação Comercial e Industrial, à partir das 20:00 horas, pelo professor da disciplina e orientador dos trabalhos, arquiteto Maurício Polidori, convidando todos para assisti-la. Durante a leitura das atas, foram solicitadas alterações nos textos da ata 28, com a correção do nome das pessoas que fizeram intervenções na Audiência Pública nº 2, e da ata 29, com a inclusão das lâmpadas fluorescentes e das embalagens spray na relação dos resíduos que devem ser recolhidos e receber destino, com responsabilidade da Prefeitura Municipal. As alterações foram feitas no próprio texto das atas e aprovadas. Após, o Coordenador fez um relato dos trabalhos já desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho de Tributação, Parcelamento do Solo e Código de Posturas, falando da organização preliminar dos mesmos, em especial quanto a sua composição e distribuição de material para subsídio. Paulo Holz solicitou explicações sobre o conteúdo de um Código de Posturas e sua relação ou semelhança com o Código de Obras. William explicou que o atual Código de Obras encontra-se integrando o Código de Posturas, mas que este apresenta características diversas, remetendo-se para questões que envolvem incomodidades e regramentos para o convívio urbano, com questões relativas as atividades urbanas. Após, Alfredo fez um relato sobre o Fórum da Agricultura Familiar, que deverá acontecer no dia 11 de agosto, na localidade de Boa Vista, e que deverá dar início, ou melhor, continuidade ao debate para a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. A partir da sugestão do representante da ACI, o Coordenador solicitou ao Valnei Vilella para que apresentasse aos integrantes do Fórum a idéia de promover o resgate da memória do ex prefeito de São Lourenço, João Baptista Braunner, através da valorização da primeira área de ocupação da praia, da sua moradia de veraneio, dos vestiários, traçando um caminho que recontre a história através das suas idéias, da sua atuação, das suas propostas urbanas, etc. Todos os integrantes apoiaram a iniciativa que deverá ser remetida para o Conselho Municipal de Cultura e para a Administração. A representante da Cultura Maria Roselaine Boemeke fez um breve relato dos projetos que estão sendo construídos, para a realização do Inventário do Patrimônio construído, pela arquiteta Luzia Abreu, o inventário e a catalogação de dados históricos pelo Mestre em História, Luís Carlos da Silva Júnior. Também relatou sobre a elaboração de um estudo para o resgate dos primeiros nomes de ruas da nossa área urbana e que foram sendo substituídos e esquecidos. Nada mais havendo a tratar eu, Lourdes Helena Schneid, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS **Ata nº 33**

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e seis, no prédio da Casa de Cultura, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se os integrantes do Fórum 21 para reunião com a seguinte pauta: Aprovação de ata, Informes, Eleições da nova Coordenação e Revisão do Regimento Interno do Fórum 21. A reunião foi conduzida pela Coordenadora Adjunta Clara Maria Rosa que passou para o relato sobre a participação do processo da Ag21-PDDIS de São Lourenço no Encontro Regional Sul para a construção da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, na cidade de Curitiba, quando o Fórum 21 foi representado pelo Movimento Ambientalista Verdenovo e pela Prefeitura Municipal (Lourdes e Patrick). Lourdes falou sobre a apresentação do trabalho desenvolvido para a construção do Plano Diretor como um dos passos para a construção da Agenda 21 e sobre a repercussão positiva desta proposta, como forma de garantir o planejamento do território sob a ótica da sustentabilidade. Ressaltou também a importância do Fórum neste processo e da continuidade do trabalho com a participação dos setores público, sociedade civil e empresariado. O processo construído em São Lourenço foi selecionado para participar do Encontro Nacional para a construção da Rede Brasileira, nestes dias, em Brasília, estando representado pelo Coordenador do Fórum, William Seewald. Após, Clara fez a leitura da correspondência expedida, sendo para o Conselho Municipal de Cultura e para a Administração Municipal abordando a proposta para a construção do projeto de resgate da memória do ex prefeito João Baptista Braunner e para o Conselho Municipal do Meio Ambiente sobre a questão do recolhimento de resíduos como pilhas, baterias e outros. Maria Roselaine, representante da Cultura interveio para discorrer sobre o estudo envolvendo o histórico e a justificativa sobre o nome das ruas e disse que este assunto é pauta da próxima reunião do Conselho Municipal de Cultura. A Secretária de Planejamento e Meio Ambiente Andréia Citrini fez intervenção solicitando esclarecimento sobre o fato de não ter saído enviada correspondência para a Administração Municipal sobre o recolhimento dos resíduos (pilhas e assemelhados), uma vez que esta foi a deliberação do Fórum na reunião anterior, e também sobre o motivo do envio de correspondência com este conteúdo para o Conselho Municipal do Meio Ambiente, não sendo este o procedimento aprovado em reunião. Considera que a Coordenação não deu o encaminhamento correto para o assunto. Alfredo, integrante do Fórum e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente também declarou estranheza com o procedimento adotado pela Coordenação, uma vez que não foi o encaminhamento aprovado na reunião anterior. Lourdes, suplente na vaga do grupo executivo, disse entender que o assunto deverá ser tratado na presença do Coordenador, para que possa esclarecer o procedimento adotado. Após, vários conselheiros fizeram intervenções sobre o aproveitamento de rejeitos, Valnei Vilella falou sobre o “papa lâmpadas”, Clara sobre o aproveitamento de gorduras e sua transformação em combustível. Andréia apresentou as dificuldades quanto ao destino final e Roselaine falou sobre o aproveitamento para produzir detergentes. Ficou consensuado que o assunto é importante e urgente e que deverá ser detalhado para a busca de soluções. Após Clara conduziu para o próximo assunto da pauta, as Eleições da nova Coordenação e o estudo para a revisão do Estatuto, tendo em vista as atribuições

futuras, uma vez que os trabalhos de construção do Plano Diretor foram concluídos e agora o Fórum deverá fazer o monitoramento do Plano e continuar no processo de construção da Agenda 21 Local. Os integrantes entenderam que a nova Coordenação deverá ser eleita sob a ótica do novo Regimento e que, portanto, a Coordenação atual deverá ter seu mandato prorrogado até a aprovação deste. Foi formada Comissão para o processo de revisão com Silvestre Klering, Clara Maria Rosa, Agenor de Mello Coelho, João Getúlio Gomes e Maria Roselaine Boemeke. Alfredo fez um breve relato sobre o Plano de Desenvolvimento Rural, a partir da reunião que aconteceu em Boa Vista. Lourdes solicitou um detalhamento das decisões do grupo, para o entendimento e acompanhamento pelo Fórum 21. Clara fez um convite em nome do Piquete Darci da Rosa, para a atividade do dia 19 de agosto, próximo sábado, quando será feita a demarcação do local onde ocorreu a única batalha da Revolução Farroupilha em território municipal. Maria Roselaine fez uma intervenção no sentido de agradecer o convite, mas ressaltou o fato de a Assessoria de Cultura não ter sido chamada como apoiadora ou parceira do evento. Lourdes entendeu como positivas as manifestações, devendo as dúvidas, diferenças de opiniões e idéias serem colocadas em discussão aberta para a compreensão por todos e o estabelecimento de consensos nos processos. Valnei concordou, no entendimento de que os assuntos que dizem respeito ao Fórum, devem ser tratados com transparência. Nada mais havendo a tratar eu, Lourdes Helena Schneid, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 34

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, reuniram-se no andar superior da Casa de Cultura, os integrantes do Fórum 21. Em vista da ausência da Secretária Titular, eu, Silvestre Klering, foi designado para registrar os trabalhos desta data. Abertos os trabalhos, a palavra foi posta a disposição dos presentes para apresentação dos informes. Inicialmente o coordenador William Seewald apresentou a pauta e facultou a todos a possibilidade da inclusão de outros pontos. A seguir, iniciando os informes, Patrick Kovalski relatou sua participação de encontro regional da Agenda 21, realizado em Curitiba no mês de julho passado, que foi organizado por entidades civis e patrocinada pelo Governo Federal. A aceitação do processo adotado por São Lourenço do Sul foi significativa perante os três estados do Sul, principalmente pelo fato de conduzir concomitantemente a Agenda 21 e o Plano Diretor. Tratou-se também da formação de uma representação para participar de evento da espécie em nível nacional. Na seqüência William apresentou relato da sua participação no encontro nacional da AG21 em Brasília. O processo da AG21 de SLS foi escolhido para representar o RS e também para coordenar a continuidade do trabalho em nível nacional. Há um indicativo da realização de evento internacional em abril/2007 em nossa cidade, que deverá reunir representantes do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Patrick contribuiu com considerações acerca da repercussão do trabalho realizado até agora em nosso Município a nível estadual e nacional. William e Patrick também relataram, a influência positiva da evolução dos processos (bacias hidrográficas, saneamento básico urbano, orla lagunar e outros), no processo de convencimento por ocasião da elaboração de projetos em busca de recursos públicos. Paulo Roberto Holz e Alfredo Decker manifestaram-se acerca de situações criadas com a degradação de solos, na região e o tratamento de imóveis rurais com reservas florestais, APPs, nascentes de cursos d'água e o envolvimento do elemento humano no processo. Alfredo relata que foi escolhido para coordenar um GT dentro do CAPEC, que tratará da questão ambiental, especialmente na área rural do Município. Vera Macedo trouxe o relato do trabalho que realiza junto a um grupo de crianças que visa a conscientização acerca de questão ambiental, através de grupo de teatro. Vereador Kadinho, na condição de presidente da comissão que analisa a proposta de plano diretor na Câmara de Vereadores, formulou convite aos presentes para audiência pública sobre a questão, no Salão Três de Maio, às 19 horas do dia 06 de setembro próximo. Na seqüência foram lidas as atas das reuniões anteriores. As 10h15m foram encerrados os trabalhos e esta Ata, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião desta data.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS
Ata nº 35

Aos 21 dias do mês de setembro de 2006, na Casa de Cultura, os membros do Fórum 21 para sua 35 reunião. O coordenador William Seewald leu as atas 32 e Silvestre a 33 para aprovação. William fez o relato de sua participação no encontro nacional de Agendas 21 e da repercussão que o processo do PDDIS de São Lourenço do Sul estar sendo construído dentro da Ag. 21 e servir de modelo e referência para outros municípios do estado. Foram feitos relatos, dos acontecimentos dos últimos dias, e dos diversos acessos a rede Ag. 21 pddis, inclusive do município de Montes Claros (MG). William faz menção da reformulação de pedidos de vistas e emendas ao projeto de lei do Pddis, na reunião do dia 18/09/06 da Câmara de Vereadores. Ivan demonstrou sua preocupação do Plano Diretor se transformar em uma colcha de retalhos, impraticável, devido a estas emendas. William falou do encontro que participara de ag.21 estaduais em São José do Norte nos próximos dias 22 e 23 de setembro do corrente. Ficou acertado nesta reunião que será enviado um ofício a Câmara de Vereadores no sentido do Plano Diretor se aprovado conforme foi construído e editado pelo Fórum 21. Ficou marcado para o dia 25/09 as 8:30h reunião neste local, para discussão e aprovação do referido documento por todos os integrantes do fórum a ser enviado neste mesmo dia a Câmara. Getúlio convidou William para entrevista na radio Maresia quando dispusesse de tempo. Sendo o que dispunha para o momento, eu Clara Maria Pereira da Rosa, lavro e assino a presente ata.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS **Ata nº 36**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis o Fórum 21 reúne-se na sede da Casa de Cultura para a sua 36ª reunião ordinária, sob a coordenação de William Seewald, para debate e deliberação da seguinte pauta: 1. informes, 2. leitura e aprovação da ata 35 e 3. leitura e aprovação da Carta para a Câmara de Vereadores.

William fez um relato de sua participação no Congresso da Cidade de São José do Norte, onde foi redigida a Carta de São José do Norte e da calorosa acolhida que teve ao mencionar a cidade de que representava. O vereador Kadinho Freitas fez um relato das emendas, de autoria de Antônio Carlos Lessa, que alteram o Projeto de Lei do Plano Diretor e do método utilizado na aprovação. As emendas de correção ortográfica foram todas aprovadas pelo Fórum 21 exceto as que alteram os índices urbanísticos. Ficou acertado que o Vereador Kadinho Freitas conversará com todos os parlamentares no sentido da não aprovação das emendas que alteram os "índices urbanísticos", quais sejam: - ZEU1 – altera o "gabarito" (G) de 2 pavimentos para 4 – supondo que o térreo possa ter uso comercial com pé direito de 4 metros, o prédio poderá chegar a 15 metros ou mais. A "taxa de ocupação" (TO) de 60% para 70%. O "índice de aproveitamento" (IA) de 1.2 para 2.4.

Silvestre falou de sua estranheza, em relação ao fato de o Vereador Tonho Lessa não ter participado das reuniões do Fórum 21, da construção do Projeto de Lei, da importância do Plano Diretor, sendo ele o titular na vaga do Legislativo e de na última hora ter feito emendas que não apresentou nas audiências públicas, todas de grande impacto ambiental. Dulcina, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Lourenço do Sul informou que a carta com 14 assinaturas de engenheiros e arquitetos, que motivou e acompanha as emendas do Vereador Tonho Lessa, não configura a opinião da entidade, porém foi construída em reunião desta. Clara Rosa lembrou de em um diálogo informal com o Gerente da Caixa Federal, quando este afirmou que os prédios de mais pavimentos são de difícil comercialização, e os que a instituição financiou foram vendidos abaixo do preço de custo demonstrando que o lourenciano não quer morar em apartamentos. Valnei Villela concluiu com a Arquiteta Maysa Graeff, que a construção de prédios com mais pavimentos na orla da praia de São Lourenço do Sul não é um consenso na Associação dos Engenheiros e Arquitetos. Jussara Pedrollo afirmou que basta ter um olhar atento e observar a cidade de São Lourenço do Sul para concluir o que os seus habitantes querem (referindo-se ao máximo de dois pavimentos). Clara Rosa deu-se ao trabalho de calcular as horas doadas pelos conselheiros na construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável chegando ao número de 4.126 horas dedicadas a comunidade, referindo-se aos que não participaram e não colaboraram e que, com uma única ação desfiguram um processo coletivo e democrático de construção de futuro. William leu a acima referida carta do Fórum 21 endereçada ao Presidente da Câmara de Vereadores. A carta foi aprovada com correção ortográfica e assinada pelos membros presentes, menos a representante da ASSENAR que se retirou naquele momento. Foi escolhida uma comissão para falar com os vereadores na próxima sessão do dia 02 de outubro de 2006 que ficou assim constituída: William Seewald, Agenor de Mello Coelho, Vera Macedo, Maysa Graeff, Ivan Gorniak e Ana Teresa Santana.

Sendo o que havia para o momento eu, Clara Maria Pereira da Rosa, Coordenadora Adjunta lavro e assino a presente ata.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 37

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e seis as oito horas e trinta minutos o Fórum 21 reuniu-se na Casa de Cultura para sua 37ª reunião ordinária, sob a coordenação de William Seewald e a coordenação adjunta de Clara Maria Pereira da Rosa para debate e deliberação da seguinte pauta: 1. Informes, 2. Avaliação do processo de aprovação do PDDIS na Câmara de Vereadores e 3. Comissão de Avaliação do Regimento Interno.

Foi feito um histórico da Sessão da Câmara do dia 16 de outubro que aprovou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul com a inclusão de todas as emendas apresentadas e que alteram os índices urbanísticos na área urbana. Houveram alterações nos índices da ZEU1 mais a ZEU2a, ZEU3 e ZCC em emendas de “última hora”, na contramão de todo o processo, representando os interesses mesquinhos e oportunistas de poucos. A emenda do Vereador Rui Gheri, que alterava a largura das estradas vicinais de 12m para 10m, foi retirada. A comissão designada para sensibilizar os vereadores na votação das emendas fez um relato da sua missão: - O Vereador Kadinho Freitas reuniu os parlamentares para um diálogo com a comissão do Fórum 21 e, somente o Vereador Antônio Carlos Lessa autor das emendas recusou-se a participar; - A Vereadora Carmem Rosane Roveré prontificou-se a votar contra as emendas, e assim se manifestou por três vezes durante a reunião, tendo os outros vereadores como testemunhas e aparentemente sensíveis ao apelo da comissão; - Durante a sessão, o Vereador Antônio Carlos Lessa se manifestou na tribuna de forma bastante agressiva em relação ao produto do trabalho do Fórum 21 e disse, pela primeira vez, discordar da metodologia aplicada sem detalhar os pontos. Em outro momento disse que o Grupo executivo apresentava atas prontas para os conselheiros assinarem sem esclarecer como isto se dava. Finalizou em sua fala, que não abria mão da prerrogativa de legislar, pois para isto tinha sido eleito pelo voto popular, do contrário deveria ir para casa e entregar o cargo. Pois a população não vai ser consultada a cada nova alteração de legislação municipal demonstrando mais uma vez desconhecer a legislação federal que rege os processos de construção participativa; - Os vereadores Kadinho Freitas e Mariozinho se manifestaram na tribuna pela derrubada das emendas e contrapuseram as posições do Vereador Tonho Lessa; - O Projeto de Lei 041 - Plano Diretor foi colocado em votação e as emendas em questão aprovadas sem a presença da Vereadora Carmen Rosane Roveré que, há poucos minutos, havia prestado apoio ao trabalho do Fórum 21. Com isto, a comissão viu sua missão terminada e se retirou da Câmara de Vereadores.

Na avaliação final, a indignação de todos os membros do Fórum 21 foi expressa, assim como foi apontada a forma desrespeitosa como o Vereador Antônio Carlos Lessa se manifestou sobre o trabalho desenvolvido por toda a comunidade lourenciana em suas diversas formas possíveis de participação, amparados pela Constituição Federal. Foi destacada a falta de entendimento dos diversos vereadores com relação aos processos democráticos de gestão, que envolvem todos os segmentos da sociedade organizada, assim como a garantia de participação de qualquer cidadão nas audiências públicas.

O Fórum 21 considerou que, apesar das alterações, o PDDIS não sofreu deformação na sua essência. Foi considerado que o Ministério Público deveria receber um exemplar das mãos de uma comissão composta por: William, Clara Rosa, Silvestre, Vera Macedo, Roselaine e Jussara Pedrollo. Este exemplar, deveria contemplar toda a história do

processo de formação, composição do Fórum 21 e a construção do PDDIS. Fátima Armesto comunicou a substituição da suplência da vaga de "Movimento Cultural" ocupada pelo Centro de Escritores Lourencianos, anteriormente ocupada pelo Sr. Agenor de Mello Coelho, ficando de enviar ofício formalizando esta substituição. William faz relato da Comissão de Revisão do Regimento Interno do Fórum 21, assim constituída, Silvestre, Getúlio, Hênio Ritter, Clara Rosa e William. William informa que a metodologia do nosso Plano Diretor serve de modelo para vários Planos Diretores em execução no país. Sendo o que se apresentava para o momento, eu, Clara Maria Pereira da Rosa, Coordenadora Adjunta do Fórum 21, lavro e assino a presente ata.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 38

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e seis às treze horas e trinta minutos o Fórum 21 reuniu-se na Casa de Cultura para sua 38ª reunião ordinária, sob a coordenação de William Seewald e a coordenação adjunta de Clara Maria Pereira da Rosa para debate e deliberação da seguinte pauta: Informes; Aprovação de atas; Agenda 21 Local; Grupo de Trabalho ZEIS; Comissão Regimento Interno. A reunião contou com a visita de Alexandre Melo Soares, na qualidade de representante do Ministério do Meio Ambiente e da Agenda 21 para o Bioma Pampa. Foi passado o informe da visita do representante a Associação dos Amigos do Bairro Navegantes, para a noite, e a intenção de organizar um Núcleo de Agenda 21 Local. Alexandre Melo e o Coordenador do Fórum falaram do 1º Encontro Gaúcho da Rede de Agendas 21 Locais para 13-14 e 15 de abril, assim como da possibilidade de ocorrer o Encontro da Rede do Bioma Pampa simultaneamente. Alexandre explicou do interesse do MMA em apoiar o evento, possivelmente nas hospedagens e que sua presença em São Lourenço do Sul vai facilitar a montagem de um projeto mínimo para a execução dos encontros. Uma comissão foi montada pelo Fórum 21 e que organizará o 1º Encontro Gaúcho da Rede de Agendas 21 Locais, que são: Marcelo Cabaldi, Clara Rosa, Jussara Pedrollo, William, Zaida da Silva e Fátima Colombi. Foi passado o relato do andamento dos Grupos de Trabalho e da Comissão do Regimento Interno. Os trabalhos nestes grupos está lento, mas as reuniões estão sendo feitas regularmente. A aprovação das atas pendentes ficou para a próxima reunião. Sendo o que se apresentava para o momento, eu, William Seewald, Coordenador do Fórum 21, lavro e assino a presente ata.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 39

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e sete às oito horas e trinta minutos o Fórum 21 reuniu-se na Casa de Cultura para sua 39ª reunião ordinária, sob a coordenação de William Seewald e a coordenação adjunta de Clara Maria Pereira da Rosa para debate e deliberação da seguinte pauta: Informes; Correspondências; Aprovação de atas; Agenda 21 Local; Grupos de Trabalho; Comissão Regimento Interno. Na mesma correspondência foi solicitado aos diversos segmentos participantes do Fórum 21 a reiteração ou renovação das indicações dos seus representantes, assim como manifestar o interesse de seu segmento em permanecer neste colegiado para o exercício de 2007. Foi acordado que a pauta começasse pela leitura e aprovação das atas pendentes, atas 36, 37 e 38. As atas em questão foram lidas e aprovadas por unanimidade sem alterações. Vale registrar a manifestação de Silvestre Klering que destaca a boa redação das atas e o sentimento e expressão corretos dos respectivos momentos, anterior e posterior a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município do São Lourenço do Sul. Em seguida foi lida a correspondência da Empresa Aracruz Celulose solicitando tempo em reunião ordinária do Fórum 21 para explanação da metodologia e critérios para aquisição de terras. O Fórum 21 aprovou a solicitação que deverá ser marcada em tempo hábil, estabelecendo tempo de 60 minutos para explanação e colocação de dúvidas. Silvestre sugeriu o oferecimento de mesmo tempo e oportunidade ao contradito em relação ao modelo de silvicultura no estado e município, sendo aprovada a sugestão. Andréia fez colocação sobre a entrega do Zoneamento Ecológico-Econômico ao DEFAP no "apagar das luzes" do governo Rigotto e que ainda não está em vigor. O "Termo de Ajuste de Conduta" negociado com o Ministério Público e que estabelece a obrigatoriedade do Zoneamento está em negociação, não havendo consenso até o momento. Assim como as "Audiências Públicas" nos municípios que estão no TAC. Alfredo Decker destacou que a metodologia utilizada para o "ZEC" não difere da utilizada no PDDIS de São Lourenço do Sul. Deliberou-se pelo envio de ofício comunicando a empresa da decisão do Fórum 21 e das condições, assim como, o envio de convite ao COMUMA na definição da data da visita. Foi lida a correspondência do Executivo solicitando alteração no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável no que tange ao zoneamento do Quadro 234, na confluência do Arroio Carahá e Laguna dos Patos. A alteração solicitada tinha como teor fazer retornar a situação anterior a aprovação do PDDIS, que institui a área como Zona de Interesse Ambiental – ZIA, alegando ter ignorado o teor das alterações durante o processo de construção do PDDIS e temer ações de indenização dos proprietários da área. O Coordenador explanou sobre as formas e condições em que o PDDIS poderia ser alterado. A Arquiteta Lourdes chamou a atenção para o fato de o Plano Diretor, como diz o nome, estar constituído de diretrizes, sendo urgente e necessário o detalhamento através de Planos Setoriais e Temáticos para permitir a sua aplicação. O Plano Diretor neste formato apresenta as intenções que dependem a aplicação do PDDIS, carecendo de detalhamentos e regulamentações, sendo esta uma situação normal a ser enfrentada pelo Grupo Executivo ao longo dos 36 meses previstos para o total detalhamento dos instrumentos da referida lei. Uma Comissão Provisória de Regulamentação foi constituída para colher elementos, sugerir alternativas e instrumentar o Fórum 21 para decisão em assembléia extraordinária. A comissão assim ficou integrada: grupo executivo (Escritório de Projeto,

Assessoria Jurídica e Fazenda), Andréia Citrini (SEPLAMA), Silvestre Klering (SMDR), Amauri (Inspetoria Veterinária do Estado), Alfredo Decker (EMATER), Clara Rosa (Piquete Darcy da Rosa). O calendário assim ficou definido: Reunião da Comissão Provisória de Regulamentação, dias 02/03 e 06/03; Reunião Extraordinária do Fórum 21, dia 07/03 (quarta-feira) as 8:30 h na Casa de Cultura. Não havendo tempo hábil para vencer a pauta pretendida o Coordenador encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar eu, Lourdes Helena Schneid, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 40

Aos sete dias do mês de março de dois mil e sete às oito horas e trinta minutos o Fórum 21 reuniu-se na Casa de Cultura para sua 40ª reunião em caráter extraordinário, sob a coordenação de William Seewald e a coordenação adjunta de Clara Maria Pereira da Rosa para examinar e deliberar sobre a relatoria da “Comissão Provisória de Regulamentação” composta na reunião anterior e formada por: integrantes do Grupo Executivo (Escritório de Projeto, Assessoria Jurídica e Fazenda), Andréia Citrini (SEPLAMA), Silvestre Klering (SMDR), Amauri (Inspetoria Veterinária do Estado), Alfredo Decker (EMATER), Clara Rosa (Piquete Darcy da Rosa). A coordenação da Comissão e a relatoria ficaram a cargo da representante do Poder Público, Andréia Citrini, Secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Município. A comissão foi secretariada pela Arquiteta e Urbanista Lourdes Helena Schneid. No primeiro momento da reunião foi feita a leitura da correspondência recebida com as novas indicações feitas pelas entidades integrantes do Fórum 21 até o momento, assim como, o desejo das entidades em permanecer ocupando as vagas dos respectivos segmentos, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores Rurais indicando a manutenção do Sr. Enio Ritter como titular e Walnei Thiel como suplente; Sindicato dos Municipários, indicando Cleusa Therezinha Miritz como titular e Mari Cândida P. Aires como suplente; Movimento Ambientalista Verdenovo indicando Martin Fermum como titular e Jussara Maria Pedrollo como suplente; SMECD indicando a substituição de Maria Roselaine Boemeke por Jairo Scholl Costa, Centro de Escritores Lourencianos, indicando Fátima de Jesus Armesto em 1º lugar e Erenita Nunes de Oliveira em 2º lugar na suplência da vaga de Movimento Cultural; SMDR indicando Silvestre Klering como titular e Clodoaldo de Freitas Vargas como suplente; EMATER/RS reiterando Alfredo Passos Decker como titular e Jairo Castagnino Dora como suplente. Paralelamente anunciou a presença de visitantes, a Arquiteta Luzia Abreu, Especialista em Restauro e com mestrado em Patrimônio e Paisagem, Luís Carlos Correa da Silva, Historiador e Mestre em Arqueologia, atualmente integrando o quadro de servidores do Município e a Bióloga Sabine Abreu da SEPLAMA, como consultores para a temática em pauta. Após, o Coordenador fez relato dos procedimentos do Fórum e lembrou da metodologia da construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul; chamou a atenção para a “impossibilidade jurídica” do retrocesso, especialmente para processos em que a participação popular foi condicionante decisiva para a aceitação do trabalho pelo Ministério das Cidades; sobre quem pode fazer estas alterações ao PDDIS, o Coordenador indicou a própria lei, que estabelece a revisão obrigatória em seis anos (6) ou, se houver necessidade em período menor, observando-se as seguintes condições: as alterações devem ser examinadas pelo Fórum 21, que é a instância de participação popular, e submetidas a audiência pública, remetidas ao Executivo que as envia ao Legislativo, que por sua vez faz audiência e aprova a alteração; continuou que, somente o Executivo pode enviar matérias deste teor para a Câmara, tratando de modificação ou aprovação, sempre respeitando os tramites legais; qualquer outra forma terá sua pretensão vetada por incorrer em “vício de origem”; lembrou que o Fórum 21 não concluiu ainda a reforma do “Regimento Interno” e que a instituição de uma “Comissão de Regulamentação” está prevista na nova formula em elaboração. O Coordenador faz uma solicitação aos representantes do Executivo para que se dê mais atenção aos grupos temáticos, como o

Grupo de Financiamento do PDDIS, que trata da nova matriz tributária, obrigatória para o próximo ano, baseada no Zoneamento Urbano proposto. Detalhando os procedimentos desta Reunião Extraordinária, o Coordenador esclareceu que a Coordenação da Comissão Provisória de Regulamentação fará a relatoria passando-se em seguida a uma rodada de manifestação dos presentes e, após, a deliberação final. William passou a palavra a Andréia Citrini, que assim relatou (vide ata da comissão): A Comissão reuniu-se nos dias 02 e 06 de março levantando dados e pareceres para instruir as recomendações contidas no Relatório final; foram considerados os pontos de vista da Assessoria Jurídica do Município sobre a possibilidade de “pipocarem” ações indenizatórias dos proprietários dos imóveis da área em questão; os informes sobre a utilização dos instrumentos do “Estatuto da Cidade” como forma de compensação aos proprietários; o ponto de vista do Advogado Sandro Miranda, com larga experiência na área do direito urbanístico e ambiental, de que a fixação de regras de proteção ambiental não significam expropriação, mas cumprimento da função social da propriedade e que o Plano deve fixar, na regulamentação, medidas para a preservação das áreas protegidas, como isenções tributárias ou transferências. Lembra, ainda, que já existem normas federais e estaduais de proteção ambiental e que se impõe ao funcionamento efetivo do plano; foram, ainda, levantados dados sobre ações do Ministério Público no local; relação dos proprietários e da situação tributária dos imóveis; valor venal dos imóveis. Reunidas as informações apresentou-se que: são em número de nove os imóveis que se encontram sobre a ZIA do Carahá, possuem valor venal em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, não existem débitos relevantes e a ação do Ministério Público no local resultou em um processo de licenciamento ambiental para um aterramento feito pelo Município. Complementando os dados coletados, a bióloga Sabine Abreu apresentou laudo da cobertura vegetal, destacando a presença de alguns espécimes significativos que deverão ser preservadas (figueira, capororocão) e a presença representativa de vegetação com características arbóreo-arbustivas, em fase inicial de regeneração da mata nativa; destacou, ainda, a presença de lixo no local e vestígios de retirada ilegal de areia. Após a apresentação dos dados a relatora Andréia Citrini fez a leitura de documento assinado pelo Prefeito Municipal, encaminhado à Comissão Provisória de Regulamentação, registrando desconhecimento da decisão final do Fórum 21 em relação à condição de ZIA aos imóveis em questão e a supressão da Av. Getulio Vargas no trecho. Ao final apresentou as conclusões da Comissão, da seguinte forma: a. A Comissão reafirma a caracterização da área como de interesse ambiental; b. Propõe rever os instrumentos urbanísticos previstos para a zona onde se localiza esta área e uma utilização compatível com a sua caracterização; c. Propõe a criação de incentivos como medida compensatória, visando estimular o uso adequado do local; d. Propõe a adoção de outras formas de compensação como: permuta, transferência do direito de construir, entre outras. Conclui a relatoria, que o *status* de Zona de Interesse Ambiental (ZIA) para a área em questão se justifica por todos os pontos de vista técnicos apresentados e expostos. Dando seguimento a reunião, foi iniciada uma rodada para tomada de posição e a palavra passada a Ana Centeno, representante do Movimento Negro que se manifestou no sentido de manutenção da área como ZIA e as implicações desta na paisagem da orla da praia, assim como o momento de reflexão passado pela humanidade em relação às questões sócioambientais. Ana Teresa Santana, representante do Fórum das Entidades Negras fez colocações semelhantes e destacou o espírito de justiça em relação às comunidades tradicionais (pescadores) remanescentes no local, em contato com seu trabalho as

margens do Carahá, que precisam ter seus interesses protegidos da especulação imobiliária por meio de uma barreira natural. Jair Xavier, representante da SMICT sugeriu a possibilidade de permuta e reafirmou o interesse ambiental do local. Jairo, representante da EMATER também destacou o interesse ambiental do local e enfatizou a negociação com os possíveis proprietários. Agenor de Melo, representante da Associação dos Escritores afirma que o respeito à propriedade deve ser feito com respeito ao meio ambiente, traduzido em diálogo, proteção da natureza e fiscalização. A Arquiteta Rita destacou a importância da área e sua relação com o entorno; Ênio Ritter do Sindicato dos Trabalhadores Rurais posicionou-se pelo uso da área com restrições e colocou a questão: de que maneira? Silvestre Klering da SMDR reforçou o uso com restrições e cobrou a fiscalização efetiva das ocupações irregulares nas Zonas de Interesse Ambiental. Martin Fermum do Movimento Ambientalista Verdenovo fez uma defesa da vegetação nativa em áreas de preservação permanente ao longo dos rios e da laguna e, ainda, alertou para as condições geológicas frágeis do local e pediu um estudo Geológico. Jussara Pedrollo também representante da ong Movimento Ambientalista Verdenovo referiu-se à área como de importância ambiental para a preservação do ecossistema característico da nossa orla lacustre em meio urbano, pontuando que o PDDIS não está concluído, deverá receber detalhamento e regulamentações e também que a assessoria jurídica se fizesse com mais presteza, acerto e segurança. Cleusa Miritz do SIMUSSUL alertou para que não se abrissem precedentes pois a área é importante ambientalmente e a área urbana é bastante carente de áreas verdes. Clara Rosa do Piquete Darcy da Rosa, enfatizou o interesse ambiental da área e sugeriu permuta por outras áreas do município. Andréia Citrini da SEPLAMA levou proposta do executivo que a ocupação se faça com restrições obedecendo ao objetivo da ZIA. Bióloga Sabine Abreu da SEPLAMA colocou sua dúvida em relação a áreas públicas que não recebem o merecido cuidado de parte da população e que com o uso privado poderiam ser mais bem cuidadas. Ema Gehrke da SMECD também manifestou preocupação quanto ao vandalismo em áreas públicas. A Arquiteta e Restauradora, especialista em Paisagem, Luzia dos Santos Abreu, que está realizando o Inventário do Patrimônio Material do Município, discorreu longamente sobre a responsabilidade na preservação da natureza e do direito comum a qualidade de vida. A preservação e restauro da paisagem são uma ciência nova e atua em áreas com a interferência do ser humano. Toda ocupação humana acaba interferindo na paisagem com um sentido estético e de adaptação ao meio. O Historiador e Arqueólogo Luis Carlos sugeriu incluir um laudo histórico e arqueológico ao material para apreciação, colocando-se a disposição para a realização deste trabalho. A Arquiteta e Urbanista Lourdes Helena Schneid diz entender que o patrimônio público não pode ser sinônimo de abandono e descaso e que devemos trabalhar no sentido de inverter este ponto de vista. Também fez referência à correspondência encaminhada pelo Executivo Municipal, destacando a contradição entre o fato de o governo ter sido o indutor de um processo participativo e transparente e afirmar não ter recebido com clareza as informações e conclusões deste trabalho. Finaliza dizendo que não tem direito a voto mas se posiciona pela proteção do patrimônio natural, neste caso, na forma de uma área remanescente da vegetação da orla da laguna. A Coordenação fez um resumo, recuperando os dois pontos de vista e ressaltou que novos pontos de vista podem ser construídos ao longo dos debates. Jussara Pedrollo em segunda intervenção solicitou que se conceituasse Zonas de Interesse Ambiental e que se tivesse uma melhor assessoria Jurídica para construção de propostas neste sentido. A Arquiteta Rita entende como

importante saber de quem são os terrenos, para que não se interfira na propriedade de algum pescador e que, em área próxima ao Carahá, é proposta a regularização da ocupação existente. Silvestre Klering manifestou-se surpreso com a preocupação com esta determinada área, tendo outras com necessidade de atenção especial. Com o fim da rodada o Coordenador do Fórum 21 tentou sintetizar as diversas nuances na tentativa de um consenso, porém duas propostas se salientaram: 1) Zona de Interesse Ambiental (ZIA) com uso privado e restrições de uso, tomando-se o cuidado de preservar as características e objetivos da ZIA; 2) Zona de Interesse Ambiental (ZIA) como Parque público, devendo ser "afetada" e anexada ao Parque do Arroio Carahá. A votação teve início e assim ficou: proposta hum (1) Adréia Citrini, Silvestre Klering, Ênio Ritter, Ema Gehrke e Jair Xavier; proposta dois (2) Clara Rosa, Ana Teresa Santana, Martin Fermum, Cleusa Miritz, Jairo Dora. Tendo resultado em empate a questão deveria ser definida pelo coordenador Arquiteto e Urbanista William Seewald, mediador do Fórum 21. Justificando a posição o coordenador disse que sempre se pautou pelo diálogo na condução do Fórum 21 e o momento demonstra a maturidade deste processo que entra em seu terceiro ano. Decidir pela votação não o assusta nem o constrange, pois conhecem o procedimento de todos os integrantes assim como eles o conhecem. A decisão estava expressa no resultado preliminar e votar na proposta hum (1) seria votar no diálogo e, assim foi decidido. Encerrada a votação o Coordenador deu por encerrada a Reunião Extraordinária de número 40 do Fórum 21 que decidiu pelo detalhamento da primeira Zona de Interesse Ambiental do Município de São Lourenço do Sul. Nada mais havendo a tratar eu, Lourdes Helena Schneid, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

FÓRUM 21 – Agenda 21 Local / PDDIS

Ata nº 41

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e sete às oito horas e trinta minutos o Fórum 21 reuniu-se na Casa de Cultura para sua 41ª reunião em caráter ordinário, sob a coordenação de William Seewald e a coordenação adjunta de Clara Maria Pereira da Rosa para debate e deliberação da seguinte pauta: Informes; Correspondências; Aprovação de atas; Encontro Gaúcho da Rede de Agendas 21 Locais. Clara da Rosa comunicou que fez denúncia ao Ministério Público, sobre a retirada ilegal de areia e a deposição de lixo na Zona de Interesse Ambiental – ZIA do Quadro 234, na foz do Arroio Carahá. A Polícia Militar foi acionada pelo MP e Clara os acompanhou numa incursão para levantamento fotográfico. Jair Xavier comunicou sobre o evento programado para festejar o 123º aniversário do município, sob forma de um Buffet das Culturas promovido pela Pastoral do Negro, Mulheres Pescadoras e Caminho Pomerano. Ana Teresa, da Pastoral do Negro disse que o objetivo do evento deve focar a emancipação. Silvestre fez relato sobre a discussão dos Planos Diretores de Porto Alegre, Pelotas e etc. A discussão se centrava no interesse dos profissionais do mercado imobiliário em aumentar os gabaritos e alterar outros índices urbanísticos, sempre com o intuito de privilegiar os interesses econômicos. Erenita fez um depoimento sobre como o conhecimento do trabalho realizado pela SEPLAMA está ajudando nos trabalhos junto à comunidade escolar e sociedade civil exemplificando a questão do aquecimento global. Falou também sobre o sucesso da campanha da educação ambiental nas escolas infantis. William falou sobre o painel sobre monoculturas durante o 1º Encontro Gaúcho da Rede de Agendas 21 Locais. Foi levantada a questão da localização e atividade da Cooperativa de Arroz no centro da cidade. A questão foi encaminhada para o COMUMA através do seu Presidente, Alfredo Decker, presente na reunião com a sugestão que se faça uma correspondência conjunta entre o COMUMA e o Fórum 21. William procedeu com a leitura da Ata nº 40. Ao final da leitura Lourdes Schneid questionou sobre como se daria o voto de uma entidade social estando esta na coordenação do Fórum 21 em uma questão polêmica e o coordenador necessitar ter uma posição de mediador, não conseguindo reproduzir a posição do segmento que representa. Não houve conclusão deste assunto. William fez relato sobre o andamento da organização do 1º Encontro Gaúcho da Rede de Agendas 21 Locais nos dias 13, 14 e 15 deste mês, estando a hospedagem de representantes de 60 processos de Agenda 21 Locais garantidas pelo Ministério do Meio Ambiente faltando apenas os recursos para alimentação, que estão sendo captados pela organização. William fez a leitura do Decreto 2847 que estabelece índices urbanísticos para a Zona de Interesse Ambiental - ZIA do quadro 234 na foz do Arroio Carahá. Jussara questionou o uso do Decreto como forma de dar encaminhamento à regulamentação do Plano Diretor, sem consulta ao Fórum 21. Alfredo fez relato do processo para a tomada das decisões na construção do Plano Diretor-PDDIS e William falou do andamento dos trabalhos da Comissão de Regulamentação que ainda estão no seu início. Falou, também, que os diversos estudos solicitados e oferecidos para subsidiar as decisões do Fórum 21 ainda não tinham sido entregues e enumerou: Laudo de Cobertura Vegetal Completo, Parecer Sobre a Dinâmica do Arroio Carahá, Laudo Paisagístico e Laudo Arqueológico. Foi consenso a necessidade de uma reunião extraordinária para discutir o assunto. Jussara solicitou que fosse encaminhado documento, em nome do Fórum 21, a SEPLAMA para que não se expedisse nenhuma licença para qualquer atividade no local, até que o impasse

fosse resolvido. Novamente, Alfredo sugeriu que se tivesse um prazo para discutir esta questão, em reunião extraordinária e específica para exame do Decreto na próxima quarta-feira dia 18 de abril de 2007. Assim decidido, passou-se a escolha dos três representantes do Fórum 21 junto ao 1º Encontro Gaúcho da Rede de Agendas 21 Locais, sendo: Sociedade Civil organizada – Vera Macedo, Poder Público – Silvestre Klering e Setor Produtivo – Ênio Ritter. Nada mais havendo a tratar eu, Lourdes Helena Schneid, encerro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.